A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA/MUNICÍPIO DE PERDIGÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 0033/2025
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 003/2025

A empresa **FERREIRA SUPPLY CHAIN SOLUTIONS LTDA**, inscrita no CNPJ nº **23.715.454/0001-44**, com sede na Rua Terenas 122, Nossa Senhora do Carmo, Sete Lagoas MG, representada neste ato por seu representante legal abaixo assinado, vem representar

RECURSO ADMINISTRATIVO

Contra a condução do processo e na decisão que culminou no aceite e habilitação da empresa BRAULINO F. OLIVEIRA LTDA, conforme os fatos a seguir:

I - DA TEMPESTIVIDADE

Lei 14.133/2021:

“Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

...

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;”

A ata do pregão foi lavrada em 12/05/2025, havendo a manifestação de intenção de recurso pela recorrente, foi aberto o prazo até dia 15/05/2025 para apresentação da peça recursal.

OS FATOS SUBJACENTES

Vem a Recorrente, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento nos princípios **da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade** (art. 37, caput, da Constituição Federal), bem como nas disposições da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), interpor o presente recurso administrativo, objetivando a revisão do procedimento licitatório em epígrafe, em razão de graves irregularidades verificadas durante sua condução.

A Recorrente e a Recorrida, atendendo ao edital de chamamento público, participaram do certame em referência. Contudo, desde a etapa de credenciamento até a fase de lances e, subsequentemente, a habilitação da Recorrida, a Agente de Contratação, Sra. Rosária Morato Lemos Rodrigues, conduziu o procedimento de forma manifestamente irregular, em afronta às normas legais e aos princípios que regem a Administração Pública.

As irregularidades ora apontadas comprometem a legitimidade do certame, configurando vícios insanáveis que justificam a anulação do procedimento ou, subsidiariamente, a revisão das decisões tomadas, conforme será detalhadamente exposto nos tópicos subsequentes.

II - DAS RAZÕES DO RECURSO

II 1 - DOS FATOS E O DIREITO

II 1.1 - DA NÃO CONVOCAÇÃO PARA DESEMPATE NO CASO DE EMPATE FICTO.

A ora recorrente apresentou proposta válida no valor de **R\$ 169.800,00 (cento e sessenta e nove mil e oitocentos reais)** para o objeto da presente licitação, consistente na **aquisição de dois ônibus urbanos**, conforme especificado no instrumento convocatório.

Todavia, a proposta declarada vencedora registrou o valor de **R\$ 168.000,00**, resultando numa diferença percentual de **apenas 1,07%** — portanto, **inequivocamente compreendida dentro da margem legal de 5%** prevista para aplicação do **critério de desempate em favor das microempresas**, segundo o art. 44, §1º, da **Lei Complementar nº 123/2006**.

Apesar disso, a **Administração Pública silenciou quanto à prerrogativa da recorrente** de apresentar nova proposta, frustrando, assim, o exercício de um direito subjetivo de matriz constitucional, com respaldo legal e editalício inafastável.

II 1.2 - DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E DA CONTRADIÇÃO INTERNA DO EDITAL

Constata-se, com perplexidade, que o edital apresenta grave **incongruência sistêmica**: em sua folha inicial, informa que **“PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO”**; entretanto, **nos itens 6.16 a 6.16.4**, o instrumento dispõe com **amplo detalhamento normativo** sobre a aplicação do **desempate em favor de ME/EPP**, estabelecendo prazos, condições e consequências.

Trata-se, portanto, de uma **contradição normativa interna** — juridicamente inadmissível — a qual, à luz do princípio da **coerência hermenêutica e da confiança legítima**, não pode ser resolvida em desfavor do licitante. A prevalência deve recair sobre a **norma mais específica e operativa**, que, neste caso, é aquela que positivou o direito de preferência nos itens citados, **vinculando a atuação administrativa**.

A jurisprudência e a doutrina administrativista são uníssonas ao afirmar que, uma vez estabelecido no edital, o direito ao tratamento favorecido **não pode ser ignorado** sob pena de **violação à legalidade, à isonomia, à vinculação ao instrumento convocatório, à igualdade e ao julgamento objetivo**

*“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da **legalidade**, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, **da igualdade**, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da **vinculação ao edital, do julgamento objetivo**, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”*

Ainda nesse sentido vale ressaltar que o Ministro do Supremo Tribunal Federal Exmo. Sr. Gilmar Mendes, já mencionou em decisão que analisou normas a aplicação do Princípio da Publicidade em editais públicos disse que:

“Ao definir os critérios definidores da norma editalícia, a Administração Pública, conquanto fundada em juízo de conveniência e oportunidade, deverá fazê-lo de forma clara e objetiva, de forma a não permitir a ocorrência de **duas interpretações constitucionalmente possíveis, tudo isso em observância aos princípios da **legalidade, segurança jurídica, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório**.**

No ordenamento jurídico pátrio, em havendo dúvida objetiva, a presunção, de regra, recai contra a Administração Pública, a exemplo dos princípios in

*dubio pro reo, in dubio contram fisco, in dubio pro societate. Daí segue que, em **havendo duas interpretações constitucionalmente admissíveis, deverá prevalecer aquela que beneficia o particular***”

O Tribunal de Contas da União nesse sentido tem adotado a interpretação que:

“A redação do edital de licitação deve ser clara e objetiva, não dando margem à interpretação diversa daquela tencionada pela administração.” (ACÓRDÃO TCU 1633/2007)

II 1.3 - DO DIREITO SUBJETIVO AO DESEMPATE FICTO E DO DEVER DE EFETIVIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

O critério de desempate previsto na LC nº 123/2006 não constitui faculdade discricionária da Administração. Trata-se de um **dever jurídico de atuação vinculada**, que visa a concretizar os princípios constitucionais da **livre iniciativa, do desenvolvimento nacional e da promoção da dignidade econômica das pequenas empresas** (CF/88, art. 170, IX).

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

IX - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995)

A omissão da Administração na aplicação do art. 44 da LC nº 123/2006, especialmente diante da previsão expressa no edital, **não é um erro meramente procedimental, mas vício de legalidade insanável**, passível de **nulidade do julgamento** e de todos os atos subsequentes à adjudicação.

Assim, configura-se **nulidade do ato de julgamento que não observa, sem motivação legítima, a preferência legal à ME**, quando atendidos os pressupostos normativos.

II 1.4 - EXIGÊNCIA DO EDITAL QUANTO À ATIVIDADE PERTINENTE

O edital do Pregão Presencial nº 003/2025, em seu item 2.1, determina que **"poderão participar da presente licitação todos quantos militem no ramo pertinente ao**

objeto desta licitação". O objeto do certame é a aquisição de 02 (dois) ônibus urbanos, o que pressupõe que os licitantes devem ter a comercialização de veículos automotores, especificamente ônibus urbanos, como parte de suas atividades legalmente previstas.

Durante a tramitação do Pregão Presencial nº 003/2025, a empresa ora recorrida foi considerada habilitada e teve sua proposta classificada, figurando entre os licitantes com propostas válidas.

Contudo, conforme demonstra o documento oficial emitido pela Receita Federal – **Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral do CNPJ** (anexo) – a empresa **não milita em ramo de atividade compatível com o objeto licitado**, tampouco apresenta, em seu **contrato social ou CNAE**, qualquer referência à atividade de **comércio, venda ou fornecimento de veículos automotores**, tampouco de **ônibus urbanos**.

Ao contrário, sua **atividade econômica principal é o “Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal” (CNAE 49.21-3-01)**, e suas **atividades secundárias** referem-se exclusivamente à prestação de serviços de transporte de passageiros e **manutenção automotiva**, não abrangendo o fornecimento de bens à Administração Pública.

Nesse ponto o Tribunal de Contas da União já se posicionou de forma reiterada que:

*“A administração deve abster-se de convocar licitantes cujo **ramo de atividade econômica seja incompatível com o objeto da licitação realizada**” (acórdão 759/17) TCU*

Entendimento este já esposado no acórdão 67/00 do Plenário e no acórdão 1.021/07:

“inviável a habilitação de licitante cujo objeto social é incompatível com o da licitação” (acórdão 1.021/07 - Plenário rel. min. Marcos Vileça)

A obrigatoriedade de a licitante demonstrar a capacidade de exercer direitos e assumir obrigações na fase de habilitação está prevista no art 66 da lei 14.133/21:

*“art 66: A habilitação jurídica visa a **demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações**, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.”*

Essa habilitação se destina a aferir a capacidade do licitante em exercer direitos e assumir obrigações, além de comprovar a sua existência jurídica. Revelam-se condições necessárias para participar da relação contratual e responder pelas obrigações ajustadas.

Já a obrigatoriedade de a atividade empresarial ser condizente com o quanto conste no ato constitutivo da empresa decorre da lei 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, assim dispondo:

“Art. 2º Pode ser objeto da companhia qualquer empresa de fim lucrativo, não contrário à lei, à ordem pública e aos bons costumes.

§ 1º Qualquer que seja o objeto, a companhia é mercantil e se rege pelas leis e usos do comércio.

§ 2º O estatuto social definirá o objeto de modo preciso e completo. ”

A referida legislação, publicada anteriormente à Constituição Federal, foi recepcionada não somente pela CF/88 como também pelo Código Civil, e de acordo com o entendimento da 3ª Turma do STJ deve-se fazer a aplicação subsidiária da Lei das Sociedades Anônimas (lei 6.404/76) às sociedades limitadas para suprir as lacunas da sua regulamentação legal. (STJ - REsp: 1.396.716 MG 2013/0253770-4, relator: ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Data de Julgamento: 24/3/15, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 30/3/15).

A omissão da Administração quanto a essa irregularidade enseja a nulidade da habilitação concedida à empresa recorrida.

A ausência de atuação no ramo pertinente compromete a regularidade e a competitividade do certame, podendo inclusive implicar em fraude à licitação, caso a empresa apenas intermedie o fornecimento, sem estrutura compatível ou responsabilidade técnica efetiva.

III – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a Recorrente que este recurso administrativo seja conhecido e provido, para que:

1. **Seja declarada a nulidade integral do procedimento licitatório**, diante da **existência de vícios insanáveis** na condução do certame, notadamente:
 - a) o aceite e a habilitação de empresa que **não milita em ramo de atividade**

compatível com o objeto da licitação, contrariando expressamente o item 2.1 do Edital e o art. 66 da Lei nº 14.133/2021;

b) o descumprimento da norma vinculante que garante o direito ao **desempate fictício para microempresas**, previsto no art. 44 da LC nº 123/2006 e reiterado nos itens 6.16 a 6.16.4 do edital;

Subsidiariamente, caso não acolhida a pretensão principal de anulação do processo, requer:

2. Que seja **reconhecida a nulidade da habilitação da empresa recorrida**, por não apresentar objeto social ou atividade econômica compatível com o fornecimento de veículos automotores, em especial ônibus urbanos;
3. Que seja **anulado o julgamento das propostas**, pela **omissão da Administração em oportunizar à Recorrente**, na condição de microempresa, o **exercício do direito ao desempate fictício**, conforme prevê o edital e a LC nº 123/2006;
4. Que sejam **revistos todos os atos do certame subsequentes ao julgamento das propostas**, com a reabertura da fase de classificação e a consequente reclassificação das licitantes remanescentes, observando-se os princípios da **legalidade, isonomia e julgamento objetivo**;
5. Que seja **assegurada a intimação formal de todas as partes interessadas**, garantindo-se, em todas as fases subsequentes, o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 165, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Sete Lagoas, 15/05/2025

Victor Hugo Alves Ferreira

124.444.616-57